

**“PAZ E RECONCILIAÇÃO: UM ACTO QUE SIMBOLIZA O BEM MAIOR DE TODOS OS MOÇAMBICANOS
QUE DEVEMOS PRESERVAR ETERNAMENTE”**

**Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião
da Assinatura do Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo**

Cidade de Maputo, 6 de Agosto de 2019

Senhores Chefes de Estado e de Governo;

Distintos Altos Dignitários Estrangeiros e Nacionais;

Ilustres Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Compatriotas!

Hoje é dia de celebração da concórdia e harmonia para os moçambicanos. Hoje, a política venceu o abismo da divisão e da violência que ao longo dos anos vinham provocando morte e destruindo o nosso tecido económico, colocando o seu povo em polos antagónicos.

Acabamos de assinar o Acordo de Paz e Reconciliação Nacional; o rastilho que acende a tocha da Paz Efectiva e da Reconciliação Nacional, condições necessárias para resgatar e assegurar a sustentabilidade do caminho do desenvolvimento que, desde a nossa independência, 1975, conheceu vários momentos de descontinuidade.

O dia torna-se ainda emocionante, para mim, porque é um dia que me vem à memória o saudoso irmão Dhlakama, antigo Presidente da Renamo. Fez, exactamente, hoje e na hora que assinamos o acordo, dois anos, que estive reunido na Serra da Gorongosa, portanto, a 6 de Agosto de 2017, em pleno tempo de conflito.

Começamos por saudar a todos os presentes nesta cerimónia de Assinatura do Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo.

De forma especial, desejamos calorosas boas vindas aos Chefes de Estado e de Governo da Namíbia, da Zâmbia, da África do Sul, do Ruanda, ao Vice-Presidente do Zimbabwe, ao Antigo Presidente da República Unida da Tanzânia e aos Altos Dignitários aqui entre nós. Refiro-me ao Presidente da Comissão da União Africana, ao Ministro do Interior do Quênia, à Alta Representante da União Europeia para a Política Externa, aos Ministros da Confederação Suíça e da República Federal Alemã, à Secretária de Estado de Negócios Estrangeiros de Portugal, ao Bispo Dom Matteo Zuppi, em representação da Comunidade de Sant’Egídio e à Secretária Executiva Adjunta da SADC, para além de outros que nos honram.

Agradecemos a todos eles, por terem percorrido longas distâncias, para nos honrar com a sua presença, juntando-se aos mais de 28 milhões de moçambicanos que, com júbilo, celebram este momento da nossa história.

Queremos aproveitar o ensejo para agradecer, igualmente, a honrosa presença de figuras incontornáveis da nossa história nacional no processo de construção do Estado, paz e reconciliação dos moçambicanos, ao longo dos anos.

Caros Presentes,

A clareza da visão do povo moçambicano com relação aos fundamentos da sua nação, do seu futuro e do futuro da região e do Mundo foram sempre inequívocos e tiveram na PAZ o seu eixo central.

A nossa contribuição para a paz mundial manifestou-se desde a independência de várias formas. A nossa adesão às sanções decretadas pela Nações Unidas ao regime segregacionista da Rodésia do Sul é disto um exemplo. Valeu-nos grandes prejuízos económicos e políticos, mas contribuímos para a independência do actual Zimbabwe. O nosso apoio na luta contra o Apartheid na África do Sul é outro exemplo que documenta o cometimento de Moçambique, para com a Paz mundial. Igualmente, sofremos com essa decisão, mas a paz e reconciliação vingaram na África do Sul, com o fim do apartheid e formação do primeiro governo multirracial e democrático. Entre nós e na caminhada de mais de 50 anos de busca pela paz e liberdade, contamos com mais de 5 acordos, a começar pelo Acordo de Lusaka, assinado em 7 de Setembro de 1974, que pôs termo ao regime colonial e fascista português e criou as bases para a nossa independência.

A eclosão, em 1977, do conflito armado que durou os 16 anos, obrigou o Estado a procurar caminhos para a Paz, tendo para tal assinado o Acordo de Nkomati, em 1984, com vista a assegurar a boa-vizinhança (entre Moçambique e África do Sul), enquanto internamente se avançava com a cartilha da Paz.

Vinte e sete anos depois, lembremo-nos com a renovada sensação de esperança e optimismo que saudou a notícia dos Acordos Gerais de Roma, naquele belo Domingo, 4 de Outubro de 1992.

Começamos por procurar contactos com a Renamo, através de Clérigos moçambicanos, a Comunidade de Sant' Egidio, que viria a constituir-se como principal facilitador, juntamente com o Governo Italiano, os Governos do Quénia e do Malawi, as primeiras pontes de contacto entre o Governo e a Renamo.

Conseguimos, após mais de um ano de negociações, alcançar o Acordo parcial de cessar-fogo, confinado aos corredores da Beira e do Limpopo e implementados através da Comissão de Verificação, integrando elementos das Partes.

A implementação do Acordo Geral de Paz (AGP) trouxe transformações de relevo na sociedade moçambicana, no que tange à organização do Estado, Constituição da República, estruturação, organização e composição das Forças Armadas. Introduziu o processo de realização de eleições regulares, de cinco em cinco anos, para a escolha do Presidente da República e Deputados da Assembleia da República.

Introduzimos critérios e modalidades para formação e reconhecimento de partidos políticos.

Infelizmente, ao cabo de pouco mais de 20 anos de Paz, registaram-se de novo desentendimentos de natureza política, que acabaram desembocando num outro conflito armado, causando muitas mortes e destruições, mas acima de tudo, a economia e predisposição dos investidores nacionais e estrangeiros.

Para acabarmos com este conflito pós-independência, foi assinado a 05 de Setembro de 2014, um Acordo de Cessação de Hostilidades em Maputo, convencidos de que era a última vez.

O tempo veio provar que não foi último, uma vez que, um ano depois, as divergências pós-eleitorais agudizaram-se, culminando num novo conflito armado.

Das lições aprendidas, ficou evidente que a paz efectiva e duradoura é uma construção que exige muito esforço e empenho permanentes.

A Paz efectiva implica a eliminação dos factores que alimentam o conflito, a organização do Estado que satisfaça a todos e a promoção de uma vida melhor para todos, um exercício que envolve a participação de todos.

A construção da paz duradoura requer respeito pelo primado da lei e a necessidade de os cidadãos, partidos políticos e outras forças da sociedade desenvolverem as suas actividades, sem recurso à violência, mesmo em situações de divergência de opiniões sobre determinados assuntos.

O processo de implementação do Acordo Geral de Paz deixou a lição de que a reintegração socio-económica condigna dos ex-combatentes, de modo a eliminar a vontade de se envolverem em conflitos é outro aspecto fulcral para a violência.

Ao historiarmos sobre os caminhos que percorremos na busca de paz, queremos extrair lições de tudo quanto fizemos de bom e de errado e capitalizar e corrigir.

No nosso espírito genuíno de reconciliação, não fizemos este exercício para questionar as nossas conquistas, nem julgar ou vangloriar o passado de que fizemos parte. Pelo contrário, queremos assentar a nossa marcha rumo à paz definitiva, progresso e bem-estar assente em bases mais sólidas.

Compatriotas,

Dissemo-lo quando, a 15 de Janeiro de 2015, nos dirigíamos à Nação Moçambicana, pela primeira vez e citamos: “Como Chefe de Estado, primarei pela abertura ao diálogo construtivo com todas as forças políticas e organizações cívicas para promover a concórdia.”

O sonho dos moçambicanos de ultrapassar o rubicão foi mais forte de tal sorte que, em 2016, iniciámos, pela primeira vez, negociações directas com o falecido líder da Renamo, Senhor Afonso Macacho Marceta Dhlakama.

Há que destacar que este é o primeiro acordo de Paz para Moçambique que é produto duma negociação directa entre o Governo e a Renamo.

Esta interacção directa acabou sendo uma espécie conversão da animosidade, que antes prevalecia entre nós e que nos repelia mutuamente, para uma maior aproximação e até mesmo para o nível de amizade.

O diálogo directo dissipou, não só as desconfianças que havia entre os moçambicanos e criou maior entendimento e compreensão entre nós.

Com efeito, a 26 de Dezembro de 2016, o então líder da Renamo informou-me que tinha decidido decretar uma trégua, portanto, instruir os seus homens para parar de usar armas para resolver conflitos. Assim, fê-lo no dia seguinte.

De lá para cá, aprofundamos os diversos temas que nos levaram a este entendimento que hoje são selados por este histórico acordo que eu e o meu irmão, Ossufo Momade, acabámos de assinar.

Como sabem, este acordo foi antecedido pela recente aprovação da Lei de Amnistia, pela Assembleia da República a que agradecemos pela celeridade com que tomaram esta medida e depois pela Assinatura dos Acordos de Cessaçã das Hostilidades, que rubricamos no 1º dia de Agosto corrente.

Moçambicanas e Moçambicanos,

Compatriotas!

Decidimos assinar este acordo porque acreditamos que, à semelhança das folhas das árvores que brotam a cada época, somos da familiar convicção de que, com este acordo, a vida dos moçambicanos, a sua narrativa e o seu futuro mais certo do que já foi, terão mais do que nunca a sua continuidade a partir de hoje.

O acordo que acabamos de assinar é um acordo de irmãos que chegaram definitivamente à consciência de que, não há mais razão para continuarem a se matarem.

Este não é nenhum acordo entre inimigos, mas um acordo que prova que não queremos mais guerra, nunca mais guerra entre nós. Com este acordo, estamos a dizer que poderemos entrar em desacordo, como é comum numa família, mas que sempre recorreremos ao diálogo para dirimirmos as nossas diferenças.

Numa palavra, estamos a dizer que: NUNCA, NUNCA E NUNCA MAIS MOÇAMBIQUE DEVE SER TEATRO DE GUERRA. NUNCA OS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES DEVEM DITAR O ESTADO DA PAZ EM MOÇAMBIQUE.

Este acordo é uma homenagem ao trabalho árduo e à cooperação de inúmeros líderes e cidadãos moçambicanos - entre partidos e iniciativas das forças vivas da nação moçambicana - que meticulosamente estabeleceram as bases para que o marco que hoje assinalamos fosse realizado.

Quero, por isso, reconhecer especialmente ao falecido Presidente da Renamo, Senhor Afonso Dhlakama pela sua compreensão e entendimento ao longo dos quase três anos de conversações nem sempre fáceis.

Agradeço também ao General Ossufo Momade, sucessor do Senhor Dhlakama e Presidente da Renamo por, firmemente, dar continuidade e assegurar o fim frutuoso a este processo.

Ao Grupo de Contacto, Equipa de peritos, Parceiros de cooperação internacional; aos países irmãos da SADC, aos presidentes aqui presentes, queremos agradecer pelo suporte, em todos os momentos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Quando a morte, impiedosa, roubou o meu Irmão, naquele fatídico 03 de Maio de 2018, praticamente, tínhamos acordado tudo sobre a nossa agenda.

Fomos construindo consensos em torno da Agenda traçada, Assuntos de Descentralização Administrativa e Assuntos Militares – Desarmamento, Desmobilização e Reintegração.

A fatalidade, com todas as consequências óbvias que cria, não se atreveria a furtrar a nossa convicção partilhada de que nada fracassasse no alcance da paz efectiva.

Com a nova Liderança da Renamo, representada pelo Senhor Ossufo Momade, selamos esta convicção, porque comandados pela suprema aspiração do nosso Povo, prosseguindo firmes no diálogo que o vie mos a sublimar com a assinatura, a 6 de Agosto de 2018, do Memorando de Entendimento, instrumento que formaliza o consenso sobre Assuntos Militares.

É com a implementação deste instrumento que temos cimentado os princípios consagrados na nossa lei-mor, a Constituição da República, de que Moçambique é um Estado Unitário, que prima pelo Estado de

Direito e que as suas Forças de Defesa e Segurança são apartidárias e a elas obedecem, bem assim ao seu Comandante-Chefe, na qualidade de Presidente da República.

Foi com base neste pressuposto que procedemos ao enquadramento de Oficiais oriundos da Renamo na estrutura de comando e direcção das FADM e o mesmo estamos a fazer na Polícia da República de Moçambique (PRM).

O processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração dos nossos irmãos da Renamo prossegue, em conformidade com o calendário revisto do Memorando de Entendimento. Estamos empenhados em tudo fazer para que nada impeça a implementação dos nossos consensos.

Hoje, estamos aqui, para dizer a todos os moçambicanos, do Rovuma ao Maputo e do Zumbo ao Índico, assim como na diáspora e a toda a comunidade internacional, aqui bem requintada com a presença de Chefes de Estado e de Governo de países irmãos, individualidades estrangeiras de países parceiros de cooperação e organizações regionais e internacionais multilaterais, que o processo que iniciamos é irreversível.

Que não queremos mais guerra, não queremos mais ver irmãos contra irmãos! Não queremos jamais, ver o sangue derramado para nos libertarmos do jugo colonial, desvalorizado e vilipendiado por uma luta entre irmãos.

Não temos ilusões de que doravante, tudo, será, automaticamente, um mar de rosas no processo de construção do país de paz, harmonia, progresso e bem-estar pelo qual pugnamos.

O que temos a certeza é que nós os moçambicanos temos capacidade de nos reencontrarmos, mantermo-nos unidos em torno do interesse nacional, da vontade do Povo e dos nossos valores identitários, e como moçambicanos que comungam um destino, temos a certeza de que venceremos.

Em conclusão, devemos, desta vez, capitalizar os aspectos positivos do AGP de Roma e do Acordo assinado a 05 de Setembro de 2014, em Maputo e valorizar as lições aprendidas em relação ao que correu menos bem.

A experiência que ganhamos ao longo do processo de construção de paz será o farol que nos orientará para a consolidação dos desígnios da Paz, Reconciliação e Desenvolvimento inclusivo.

Sustentar a Paz é um mecanismo mais barato do que alimentar uma guerra. Da parte do Governo, podem continuar a contar com a nossa boa fé para o cumprimento de todos os entendimentos consubstanciados nos instrumentos jurídicos que temos vindo a celebrar, incluindo o presente Acordo.

De igual modo, exortamos a todos os compatriotas moçambicanos a darem o seu máximo para que este desiderato seja alcançado e consolidado, para o bem de todos nós e para que não seja objecto de simples comentários. Apelamos, para isso, que acolhamos os nossos irmãos desmobilizados da Renamo e os ajudemos na sua reintegração sócio-económica.

Sem nos exirmos das nossas responsabilidades, fazemos o mesmo apelo à comunidade internacional que tem sabido nos ouvir, continuando a apoiar-nos até alcançarmos este estágio, sobretudo no âmbito de Desarmamento Desmobilização e Reintegração dos homens armados da Renamo.

Permitam-me que manifeste a profunda gratidão a todos aqueles que com o seu saber e dedicação, tornaram possível esta auspiciosa ocasião de assinatura do Acordo de Paz e Reconciliação, em especial,

os Facilitadores do Diálogo, o Grupo de Contacto, coordenado pelo Embaixador suíço, Mirko Mazoni, as Equipas do Governo e da Renamo, bem como a Componente Internacional.

Agradecimento especial vai, a título póstumo, para o amigo de Moçambique, o Antigo Presidente do Botswana, Masire, que se dedicou em momentos difíceis para trazer a paz para Moçambique.

Pessoalmente, manifesto a minha admiração e vénia ao primeiro grupo de amigos que aceitaram, no tempo do conflito, em pleno período chuvoso, galgar montanhas ao encontro do falecido Presidente da Renamo, a meu pedido, para preparar a minha primeira deslocação à Gorongosa. Refiro-me ao Senhor Jonathan Powell e Neha Sanghrajka, para além do coordenador do Grupo de Contacto e alguns membros da Renamo.

Aos meus Pares, Chefes de Estado e de Governo, bem como outros dignitários aqui presentes, reiteramos a nossa gratidão pelo privilégio que nos oferecem de testemunharem este acto de aproximação e reconciliação da família moçambicana e pelas palavras de conforto e encorajamento, um acto que mais responsabiliza aos moçambicanos e nos enche de esperança.

Moçambicanas e Moçambicanos!

Ilustres Convidados!

Enquanto os moçambicanos se engajam para o estabelecimento da paz efectiva e duradoura com o exercício que hoje testemunhamos, os distritos do norte da província de Cabo Delgado vivem o terror, assassinatos, pilhagem e destruição de bens perpetrados por indivíduos ainda sem rosto.

Os malfeitores recrutam jovens inocentes, aliciam-nos e há envolvimento confirmado de alguns estrangeiros nestes actos macabros.

O Governo e as populações de Cabo Delgado continuarão firmes no combate a estes malfeitores até à reposição da segurança e estabilidade.

Apelamos a todo o povo moçambicano para se manter, cada vez mais vigilante, denunciando a todos os suspeitos a partir de cada bairro, residência ou local de trabalho.

Antes de terminar, gostaria de parafrasear o Papa Francisco, que brevemente nos visitará: “Que esta ocasião inspire e dê forças a todos aqui presentes e pelo Moçambique afora para que construamos juntos um futuro de reconciliação, justiça e paz para todos os filhos deste amado Moçambique pois a Paz é um compromisso diário.”

Compatriotas!

Como dissemos no dia 31 de Julho passado, na Assembleia da República, com os passos seguros que hoje damos rumo à paz definitiva, com a economia a estabilizar-se, com tendência crescente no que se refere ao reatamento da confiança com os parceiros de desenvolvimento, com a recente Decisão Final do Investimento da Área 1 do Projecto de Exploração e Liquefação do Gás Natural, na ordem de 23 mil milhões de dólares americanos e o Lançamento da primeira pedra da Infra-estrutura de Gás Natural Liquefeito do Projecto da Anadarko na Área 1, Moçambique tem tudo para dar certo.

Hoje, Moçambique é um país de Esperança e de Horizonte Promissor.

Muito Obrigado pela Atenção Dispensada!